



**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP**

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Este termo de referência é elaborado em conformidade à legislação aplicável, com destaque para o disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n. 10.024, 20 de setembro de 2019; Decreto Federal n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013; art. 19 da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008 e, ainda, observando o Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que institui a **ECOLIGA-RO**, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.

**1.2** Observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5, de 26 de maio de 2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

**2. OBJETO**

**2.1 FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS** pelos órgãos e entidades da Administração Pública para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelos seguintes órgãos:

**2.1.1 ÓRGÃO GERENCIADOR:** Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) - Código da UASG: 070024.

**2.1.2 ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

I - Procuradoria da República no Estado de Rondônia - Código da UASG: 200046;

II - Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia - Código da UASG: 090025;

III - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Código da UASG: 935002;

IV - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Código da UASG: 925006;

V - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 200095;

VI - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 080015.

**2.2 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:**

**2.2.1 REGRAS GERAIS:**

**I** - Os serviços são constituídos pela coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos Classe I – Perigosos, de resíduos sólidos dessa categoria armazenados nas dependências dos órgãos que participam do registro de preços.

**II - DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ACORDO COM O ITEM 3.1 DA NBR 10004:2004:** Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. São incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

**III - RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE:** Além dos resíduos sólidos descritos no item II acima, há também alguns **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com a classificação da **NBR 12.808:2016**.

**IV** - Há também, uma pequena quantidade dos seguintes materiais: corretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel vencido, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, conforme especificados neste TR.

**V** - A execução dos serviços especializados de coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada de resíduos sólidos Classe I – Perigosos produzidos pelos órgãos que integram o registro de preços deverão observar as disposições contidas neste termo de referência, os normativos federais, estaduais e municipais que versem sobre seu objeto e as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços aqui tratados.

**VI - LOCAL E HORÁRIO DAS COLETAS:** As coletas serão realizadas nos locais e horários informados no quadro adiante:

TABELA 1		
ÓRGÃO	ENDEREÇO	DIA/HORÁRIO DAS COLETAS

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	Rua José Camacho, 3307, Embratel, CEP 76820-886, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 2203, Centro, CEP 76805-902, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 4229, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Rua José Camacho, 585, Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Presidente Dutra, 4055, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Almirante Barroso, 600, Centro, CEP 76801-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato

**VII - ALTERAÇÕES:** Havendo impossibilidade justificada de proceder a uma coleta de resíduos agendada, a contratada deverá comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data agendada, o fato à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as medidas preventivas necessárias e o reagendamento da coleta.

**VIII - RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS APÓS SUA COLETA:** A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelos órgãos contratantes e recolhidos pela contratada, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da contratada, obrigando-se a ressarcir aos contratantes quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

### 2.2.2 TIPOS DE RESÍDUOS:

**I - RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, diante relacionados:

**a) LÂMPADAS FLUORESCENTES** (NBR 10004:2004 - código de Classificação F044), constituinte perigoso: mercúrio; característica da periculosidade: tóxico; incluem-se nessa coleta também lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*);

**b) PILHAS E BATERIAS E NO BREAKS** (NBR 10004:2004 - Código de Classificação F042, constituinte perigoso: chumbo e ácido sulfúrico; característica da periculosidade: tóxico e corrosivo;

**b1)** consideram-se pilhas e baterias as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

**c) PERIFÉRICOS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, tais como fitas de impressora matricial, cartuchos de toner de impressora a laser; mouse, teclado, CPU, monitores, placas de circuito impresso, kit de manutenção fotocondutor de impressora a laser e cabos de computador;

**d) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS;**

**e) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS**, tais como carregador de celular ou de pilhas, controle remoto, fone de ouvidos (art. 33, inciso V, da Lei n. 12.305/2010);

**f) LÂMPADAS, CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** elementos plástico, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento 0690247);

**g) ÓLEO DE ARREFECIMENTO DE CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento 0690247) - (NBR 10004:2004 - código de Classificação F430);

**h) CORRETIVO LÍQUIDO:** A **composição** básica: óxido de titânio (responsável pela cor branca na maioria das tintas), água (solvente), etanol (solvente, contribui para que a secagem seja rápida), polímero (para dar consistência) e dispersantes (para manter a mistura uniforme);

**i) ÁGUA SANITÁRIA:** A composição química da água sanitária é basicamente hipoclorito de sódio ou de cálcio em solução com uma proporção de “cloro ativo” de cerca de 2,5%;

- j) **INSETICIDA:** Inseticida Marca Kellthine, vencida em 2017, frascos de 300mL/170g, composição: Ativos, emulsificantes, mascarante, solvente, antioxidantes, água e propelente. Ingredientes ativos: D'aletrina: 0,10% p/p; D'tetrametrina: 0,10% p/p; Cifenoctrina: 0,13% p/p;
- k) **FÓSFOROS:** Cada caixa com 240 fósforos de segurança longos, composição: Fósforo, Clorato de Potássio e aglutinantes;
- l) **ÁLCOOL EM GEL VENCIDO:** Frasco com 420g, composição: Álcool, água, aloebarbadensis extract, glycerin; carbomer, Triethanolamine, Methylchloroisothiazolinone, Methylchloroisothiazolinone;
- m) **APARELHO PARA RAIOS X:** elementos plásticos, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento 0690247);
- n) **MATERIAL INSERVÍVEL HOSPITALAR - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** materiais de utilização com pacientes na área odontológica, bem como os utilizados indiretamente pelos protéticos na confecção de próteses diversas, agulhas, amálgama, anestésicos, broca, cimento odontológico, espátula odontológica, filmes para raios-X, platina, seringas, sugador e afins (lista completa juntada no evento 0723841 do PSEI 0001669-94.2021.6.22.8000);
- o) Aditivo de água de radiador e descarbonizante;
- p) Goma para chapa off-set.
- II -** Devem ser observadas as normas definidas na ABNT NBR 12810:2020 para os materiais enquadrados como **resíduos de serviços de saúde**.

2.2.3 FORMA DE EXECUÇÃO DAS COLETAS:

- I - Todos os resíduos Classe I – Perigosos encontram-se armazenados em locais reservados pelos órgãos contratantes em espaços de sua propriedade, nos endereços informados neste TR;
- II - Após a coleta dos resíduos será expedido pelo contratante o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS**, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário, espécie e quantidade de cada resíduo pesado e coletado pela contratada, além da comprovação das demais exigências contidas no termo de entrega;
- III - A pesagem será realizada com a utilização de balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, de propriedade da contratada;
- IV - Quantitativo estimado de resíduos para coleta:

TABELA 2: RESÍDUOS CLASSE I - PERIGOSOS									
TIPO DE RESÍDUO DIVERSOS ITENS		QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA RESÍDUO POR ÓRGÃO (KG)							QUANTITATIVOS: TOTAL ESTIMADO DE CADA RESÍDUOS A SER COLETADO EM TODOS OS ÓRGÃOS (KG)
		Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia TRE-RO	Procuradoria da República no Estado de Rondônia MPF/RO	Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia TCE/RO	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia TJ/RO	Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região PRT- 14	Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região TRT -14	
ITEM 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	220	10	350	30	332	30	100	1072,00
ITEM 2	Pilhas, baterias, no breaks	71	60	15	4500	2636	20	500	7.802,00
ITEM 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7	70	100	550	-	100	100	927,00
ITEM 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	60	-	250	4.185	10	50	4.555,00
ITEM	Sucatas e suprimentos								

<b>5</b>	inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	31	30	100	150	1755,50	100	100	<b>2.266,50</b>
<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico	22	-	-	-	-	-	-	<b>22,00</b>
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico	1,00	-	-	-	1521	-	-	<b>1522,00</b>
<b>ITEM 8</b>	Corretivo líquido inservível	-	-	-	-	15,50	5	-	<b>20,50</b>
<b>ITEM 9</b>	Inseticida inservível	-	-	-	-	18,00	-	-	<b>18,00</b>
<b>ITEM 10</b>	Fósforos inservíveis	-	-	-	-	1,50	-	-	<b>1,50</b>
<b>ITEM 11</b>	Álcool em gel vencido		30	-	-	-	-	-	<b>30,00</b>
<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31	-	-	-	-	-	-	<b>31,00</b>
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	50	-	-	-	-	-	60	<b>110,00</b>
<b>ITEM 14</b>	Aditivo de água de radiador e descarbonizante	-	-	-	-	132	-	-	<b>132,00</b>
<b>ITEM 15</b>	Goma para chapa off-set	-	-	-	-	16	-	-	<b>16,00</b>
<b>QUANTITATIVO ESTIMADO - TOTAIS POR ÓRGÃO E TOTAL GERAL (KG)</b>		<b>433,00</b>	<b>260,00</b>	<b>565,00</b>	<b>5.480,00</b>	<b>10.612,50</b>	<b>265,00</b>	<b>910,00</b>	<b>13.877,50</b>

**V** - Os quantitativos descritos na Tabela 2 são estimativos e não obrigam os órgãos contratantes na sua execução integral durante a vigência do futuro contrato.

**VI - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO ESTIMADO DAS COLETAS:**

TABELA 3: CRONOGRAMA E QUANTITATIVO DAS COLETAS					
QTIDADE ESTIMADA DE CADA ÓRGÃO (KG)		MÊS ESTIMADO PARA 1ª COLETA	QTDade ESTIMADA DA 1ª COLETA (KG)	MÊS ESTIMADO PARA 2ª COLETA	QTDade ESTIMADA DA 2ª COLETA (KG)
TRE-RO	433	Novembro/2022	433	-	-
MPF/RO	260	Setembro/22	160	Março/23	100
JUSTIÇA FEDERAL RO	565	Novembro/22	300	Maio/23	265
TCE-RO	5.480	Segundo semestre de 2022	3460	2023	2020
TJ/RO	10.612,50	agendar com o órgão			agendar com o órgão
PRT-14	265			Novembro	265
TRT-14	910	Novembro/22	não informou	abril/23	não informou

**IMPORTANTE:** Desde que seja possível a operacionalização pela contratada e havendo concordância dos órgãos, as coletas previstas para um mesmo mês, poderão ser realizadas de forma unificada em todos os órgãos.

**VII** - Os serviços de pesagem, coleta, manuseio e transporte deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**VIII** - Os resíduos deverão ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**IX** - O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017** e, para os **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com as normas da **NBR 12.810:2020**, com **Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

**X** - Os resíduos coletados poderão permanecer temporariamente armazenados em local adequado sob **TOTAL** responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I**;

**XI** - As lâmpadas devem ser comprovadamente descontaminadas ou encaminhadas para empresa especializada na descontaminação. O processo de descontaminação deverá compreender a ruptura controlada que permita a captura do vapor de mercúrio, a separação e desmercurização dos componentes, e a destinação final que contemple o beneficiamento e o retorno à cadeia produtiva dos materiais recicláveis que as compõem.

**XII** - As pilhas, as baterias, os periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática, de máquinas fotocopadoras, de eletroeletrônicos, assim como os demais equipamentos inservíveis, devem ser comprovadamente reprocessadas ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de sais e óxidos metálicos comprovadamente destinados como matéria-prima industrial;

**XIII** - Os materiais adiante descritos, a saber: óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico - **sem componente radiativo**, coretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, devem ser comprovadamente reprocessados ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de produtos comprovadamente destinados à matéria-prima industrial ou destinados de forma final e adequada à legislação ambiental que rege cada um deles;

**XIV** - A movimentação dos resíduos sólidos para destinação final deverá ser registrada no **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, disciplinado pela **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**;

**XV** - A destinação final dos resíduos deverá ser realizada por empresa **com Licença Ambiental de Operação – LAO** para essa atividade e adequada à legislação ambiental pertinente;

**XVI - POSSIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA:** Havendo interesse, os interessados poderão **agendar previamente** visita técnica aos locais nos quais estão armazenados os resíduos sólidos, que poderá ocorrer até a data da apresentação das propostas (Acórdão TCU 1.979/2006-Plenário) e nos termos acordados pelos interessados com cada órgão por meio dos contatos descritos no quadro adiante:

QUADRO - AGENDAMENTO DE VISITA TÉCNICA	
Órgão	Contato
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Servidores Rudma Rosa Costa e Jamil Januário da Coordenadoria de Material e Patrimônio, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou pelos telefones (69) 3211-2143 ou ainda, pelo e-mail: <b>comap@tre-ro.jus.br</b> .
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	Servidor Anderson de Melo Braga, telefone (69) 3216-0560, e-mail: <b>prro-selog@mpf.mp.br</b> , Rua José Camacho, 3307, Embratel, Porto Velho/RO.
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Servidor Alex Correa Leles, telefones (69) 99261-0283, (69) 2181-5756, e-mail: <b>secad.ro@trf1.jus.br</b> e <b>nuasg.ro@trf1.jus.br</b> , Av. Presidente Dutra, 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO.
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Servidor José Carlos de Souza Colares, telefone (69) 3609-6212, e-mail: <b>despat@tce.ro.gov.br</b> , Av. Presidente Dutra, 4229, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
Tribunal de	

Justiça do Estado de Rondônia	Servidora Maiara Ribeiro de Moraes – Coordenadora da NAGES, telefone (69) 32171114, 3211.1369, e-mail: <b>nages@tjro.jus.br</b> , Rua José Camacho, 585, Olaria, Porto Velho/RO.
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Servidor André Cortez de Oliveira, telefone (69) 3216-1200/99285- 0834, e-mail: <b>prt14.slcc@mpt.mp.br</b> , Av. Presidente Dutra, 4055, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Servidor Rodrigo Araújo da Silva, telefone (69) 3218-6431/6432, e-mail: <b>clc@trt14.jus.br</b> , Av. Almirante Baroso, 600, Porto Velho/RO.

**XVII** - Os materiais estão minudamente descritos no item 2.2.2, I do termo de referência, motivo pelo qual entende-se desnecessárias fotos dos material que serão coletados. Além disso, tratam-se de resíduos considerados comuns, do conhecimento, trato e manuseio das empresas desse ramo comercial. Todavia, o acesso a características adicionais, se realmente julgadas necessárias por algum interessado, poderão ser verificadas quando de eventual visita técnica.

### 2.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

**I** - O recebimento provisório dos serviços de coleta será atestado pelo fiscal do contrato no ato da retirada dos resíduos sólidos no próprio **RELATÓRIO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS, ANEXO II** deste termo de referência.

### 2.4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:

**I** - O termo de recebimento definitivo dos serviços de coleta e destinação final adequada, na forma do **ANEXO III** deste termo de referência, será expedido pelo fiscal do contrato mediante a apresentação pela contratada dos seguintes documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo para fins de comprovação da destinação dos resíduos:

a) **Manifesto de transporte de resíduos** devidamente preenchido com data da coleta, unidade geradora, peso líquido dos resíduos, veículo transportador, forma de destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, transporte, **responsável técnico** e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou de destinação final, se houver;

**II** – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, deverá a contratada apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato.

#### 2.4.1. Recebimentos parciais

a) **No TRE-RO:** Por questão de racionalidade e operacionalidade NÃO serão expedidos termos parciais de recebimentos para cada um dos resíduos coletados. A contratada deverá apresentar TODOS os manifestos referentes a TODOS os resíduos sólidos coletados, tanto na primeira quanto na segunda coleta, se houver;

b) **Nos demais órgãos:** Deverá ser definido previamente às coletas com o representante de cada órgão.

### 2.5. DA COMPROVAÇÃO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS:

**I** - A **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**, que institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, ferramenta online, autodeclaratório, válido no território nacional, emitido pelo **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, entre outras regras, estabeleceu:

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria e para a utilização do MTR, além das definições estabelecidas pela Lei nº 12.305, de 2010, entende-se por:

...

**II - Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF: documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs:**

...

**Art. 14. Cabe ao destinador, fazer o aceite da carga de resíduos no sistema, procedendo a baixa dos respectivos MTRs, procedendo eventuais ajustes e correções, em um prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade.**

§ 1º O não cumprimento do prazo disposto no caput sujeitará o destinador às sanções previstas na Legislação ambiental.

§ 2º O destinador poderá proceder a ajustes nas informações dos resíduos constantes no MTR, em caso de divergências quanto à quantidade, tecnologia de tratamento ou tipologia dos resíduos declaradas pelo gerador.

**§ 3º É de responsabilidade do destinador a emissão do Certificado de Destinação Final (CDF), assegurando ao gerador a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos.**

§ 4º O CDF somente será válido e reconhecido pelos órgãos ambientais competentes, quando emitido através do MTR.

§ 5º O destinador é o responsável pela veracidade e exatidão das informações constantes no CDF por ele emitido, documento que deve conter a assinatura digital do profissional responsável técnico pela destinação final realizada.

§ 6º A emissão do CDF deverá ser realizada apenas pelo destinador responsável, sendo vedada a emissão do CDF por agentes não envolvidos diretamente na destinação de resíduos, entre os quais os transportadores e os armazenadores temporários.

§ 7º O MTR emitido pelo sistema, bem como o Relatório de Recebimento gerado pelo sistema, não substituem o CDF.

**II - De acordo com o artigo 19 dessa norma, a partir de 1º de janeiro de 2021 essas regras são obrigatórias.**

**III** - Em razão disso e sobretudo considerando que os órgãos estão sujeitos às normas da Portaria MMA n. 280/2020 pelo

que determina o art. 20, I, da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2020, a forma da comprovação da destinação final deverá ser realizada nos termos desse normativo, sendo que a a execução plena dos serviços só ocorrerá com a comprovação da destinação final mediante a apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF) pela contratada.

**IV** - Nesses termos, são obrigações da empresa coletora dos resíduos sólidos:

**a)** cadastrar os resíduos no SINIR e demonstrar para a Administração sua destinação final, seja feita por ela própria ou por terceira empresa contratada para isso, por meio dos seguintes documentos:

**a1) Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR:** documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada (art. 3º, VIII, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a2) Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR** (art. 3º, I, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a3) Aceite do destinatário final da carga de resíduos no sistema e a baixa dos respectivos MTRs**, com eventuais ajustes e correções, no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade (art. 14 da Portaria MMA n. 280/2020);

**a4) Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF:** documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs (art. 3º, II, da Portaria MMA n. 280/2020).

**V - RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS APÓS SUA COLETA:** A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelos órgãos contratantes e recolhidos pela contratada, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é **INTEIRAMENTE** da contratada, obrigando-se a ressarcir aos contratantes quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

**VI** - A prática injustificada, pela contratada, de qualquer ato que impeça a destinação final dos resíduos e sua regular comprovação por meio do **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, acarretará a aplicação das sanções administrativas descritas neste termo de referência.

### 3. JUSTIFICATIVA

#### 3.1 DA NECESSIDADE:

**I** - Em razão de suas atividades institucionais o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e os cartórios Eleitorais em todo o Estado são fontes de produção de resíduos sólidos.

**II** - A preocupação com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos não é novidade na Justiça Eleitoral de Rondônia.

**III - Desde o ano de 2017** o Tribunal mantém um acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio do qual a municipalidade, por intermédio de empresa concessionária dos serviços de coleta de lixo doméstico - recolhe semanalmente os **resíduos sólidos de papel** produzidos nas unidades da sede do Tribunal, os quais são coletados separadamente dos demais.

**IV** - Também no ano de 2017, nos autos do Processo SEI 0001980-27.2017.6.22.8000 deu-se a contratação da empresa PAZ AMBIENTAL LTDA. para realizar a coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES deste Tribunal.

**V** - Além disso, a partir do ano de 2018 os contratos de serviços de manutenção predial e obras no Município de Porto Velho têm disciplinado a obrigação de as empresas contratadas realizarem a gestão dos resíduos gerados na execução desses serviços em cumprimento à Portaria Conjunta SEMA/SEMUSP n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, norma editada para cumprimento do art. 35 da Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**VI** - Nessa linha, este Tribunal vem implantando em suas contratações, de forma paulatina, o comando da sustentabilidade introduzida no artigo 3º, da Lei n. 8.666/93 pela Lei n. 12.349/2010 (regulado pelo Decreto n. 7746/2012). Cita-se, apenas como exemplo:

a) - Processo SEI 0000885-25.2018.6.22.8000: Exigência de comprovação de registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6938, de 1981 para aquisição de **mobiliários que empregam madeira em sua fabricação**;

b) Processo SEI 0001251-64.2018.6.22.8000: **Aquisição de máquinas e equipamentos:** Exigência de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou, ainda, uma DECLARAÇÃO de que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*) e considerando que os bens são equipados com baterias de médio porte, exigência do cumprimento da obrigação de recolhimento e destinação ambientalmente adequada desses produtos, na forma do Art. 33, II, da Lei n. 12305/2010 e da Resolução CONAMA n. 401/2008.

c) Processo SEI 0000420-79.2019.6.22.8000: **aquisição eventual de bens permanentes diversos de informática:** Exigências:

c1) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (Art. 5º, IV, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010);

c2) Os equipamentos devem possuir Certificado Energy Star ou certificação similar emitida por entidade ou laboratório reconhecido obrigatoriamente pelo INMETRO comprovando que os equipamentos ofertados apresentam consumo

eficiente de energia elétrica;

c3) comprovante de registro do fabricante do equipamento ofertado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;

c4) Em cumprimento ao art. 33, VI, da Lei 12.305/2010, atualmente regulamentada pelo Decreto n. 10.936, de 12/01/2022, a futura contratada deverá realizar, sem qualquer ônus ao contratante, a **logística reversa** dos equipamentos cotados e destinar o material de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, especialmente observando o procedimento e obrigações instituídos pela Lei do Estado de Rondônia n. 2.962/2013 e pela Lei do Município de Porto Velho n. 2.138/2014.

**VII** - Como visto, as atuais contratações têm demonstrado preocupação com a destinação futura de resíduos de construção civil, baterias, equipamentos de microinformática e eletroeletrônicos bem como há contrato para destinação dos resíduos hospitalares. Ocorre que os demais resíduos, bem como aqueles já produzidos pela Justiça Eleitoral de Rondônia ainda não têm sua destinação adequada ambientalmente.

**VIII** - Nesse sentido esta contratação se justifica pela necessidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos em cumprimento à **Lei n. 6.938/1981**, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e à **Lei n. 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**IX** - Além disso, o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021**, editadas também em cumprimento às recomendações contida no **Acórdão TCU n. 1.752/2011 – Plenário** – que determina aos órgãos do Poder Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais para implantarem Planos de Logística Sustentável (PLS), responsáveis por fomentar ações que estimulem a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, em observância às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA quanto ao descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**X** - A referida **Resolução CNJ n. 400/2021** prevê em seu art. 20, IV, entre as as práticas de sustentabilidade, formas de descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial o **emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, e resíduos de serviço de saúde**, observadas as limitações de cada município.

**XI** - Neste Tribunal o **PLS 2020-2025 está disciplinado pela Portaria n. 131/2020**, instrumento balizador das ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável no TRE-RO.

**XII** - Por fim, registre-se que este Tribunal, na condição de gerador de resíduos sólidos não apenas equiparados aos domiciliares, deve elaborar um PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS em cumprimento ao art. 20 da Lei n. 12.305/2010.

**XIII** - Referido documento deverá conter, entre outros elementos: **a)** diagnóstico de TODOS os resíduos sólidos gerados ou administrados, com origem, volume e caracterização dos resíduos, incluindo passivos ambientais a eles relacionados; **b)** definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador, aí incluída a destinação adequada; **c)** metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos.

**XIV** - Contudo, é premente a necessidade de destinação final adequada dos resíduos descritos neste termo de referência em razão do grande volume que vem se acumulando nos últimos anos, o armazenamento inadequado e, até, a possibilidade de eventual acidente ambiental gerado pelos resíduos.

**XV** - Por fim, as constantes reuniões da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o interesse em participar de uma contratação conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.

**XVI** - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO** permite a utilização do **sistema de registro de preços** com fundamento no art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013 e já foi implementada com êxito no ano de 2019 no PSEI 0000739-47.2019.6.22.8000.

### 3.2 DA SOLUÇÃO APONTADA:

**I** - A Lei Complementar Municipal n. 546/2014, publicada no DOM, de 24/10/2014, dispõe sobre a coleta regular e seletiva de resíduos sólidos no Município de Porto Velho.

**II** - Referida Norma Municipal inclui os resíduos tratados neste termo de referência na categoria de **RESÍDUOS SÓLIDOS DIFERENCIADOS COM TRATAMENTOS ESPECÍFICOS (art. 1º, IV)**. Todavia, a Municipalidade não definiu a competência de seus órgãos para a coleta e destinação final desses resíduos, apenas mencionado que esses procedimentos deverão obedecer às normatizações específicas para cada tipo de resíduo.

**III** - Na verdade, verifica-se a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece no art. 10 que incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, porém não cria essa obrigação de coleta e destinação.

**IV** - Dessa forma, como este órgão, por sua condição de gerador de resíduos sólidos, está sujeito à observância da Lei n. 12.305/2010 (art. 1º, § 1º) e não dispõe de estruturas próprias e adequadas para a sua destinação ambiental adequada, resta a via da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação desses serviços.

**V** - Registre-se, ainda, que essa solução somente foi apontada após a verificação: a) da inexistência de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis de Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho, em condições de atender às regras definidas neste TR e b) da não localização de empresas do ramo que pudessem coletar de forma não onerosa os Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho.



#### 4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I - Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas à produção de resíduos sólidos, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

II - Além disso, a contratação buscada:

a) No que diz respeito aos aspectos da SUSTENTABILIDADE, é um dos VALORES do TRE-RO e uma das ESTRATÉGIAS sob a perspectiva dos PROCESSOS INTERNOS estabelecida no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2011-2026**;

b) Tem como produto um serviço que representa um **INDICADOR MONITORADO** pela atual Resolução CNJ 400/2021, reproduzido no **PLS 2020-2025 deste Tribunal**, consistente na **GESTÃO DE RESÍDUOS** por meio do **DESCARTE SUSTENTÁVEL**;

c) Está prevista no **Plano Anual de Contratações** deste exercício (linha 129 da planilha que compõe o PAC2021 juntado no evento 0647494).

#### 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

I - O art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a Administração Pública pode exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais e contratação de serviços.

II - Tem-se ainda nessa sfera normativa a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009, que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

III - Em sede local, a Lei Estadual n. 2.962/2013 e municipal n. 2.138/2014 institui normas e procedimentos para coleta, armazenagem e destinação final de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos considerados como lixo tecnológico, no âmbito, respectivamente, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho.

IV - Em cumprimento a esses dispositivos e também porque os serviços buscados nesta contratação estão regidos por legislação ambiental federal, estadual e municipal, está sendo exigido das licitantes a comprovação de licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços e, ainda, de forma específica, por meio de declaração na fase de habilitação:

a) que os serviços de pesagem, coleta, manuseio e transporte devam ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação - LAO;

b) que os resíduos devam ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação - LAO;

c) que o transporte deva ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017** e, para os **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com as normas da **NBR 12.810:2020**, com **Licença Ambiental de Operação - LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

d) que os resíduos coletados podem permanecer temporariamente armazenados em local adequado sob TOTAL responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação - LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I**.

V - Além disso, não vislumbrando algum outro requisito sustentável previsto no art. 6º da IN SLTI/MPOG n. 001/2010, **será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato.**

#### 6. PREÇO ESTIMADOS DOS SERVIÇOS E ORÇAMENTO

##### 6.1 DO PREÇO ESTIMADO:

**6.1.1** O preço TOTAL estimado da contratação é de **R\$ 198.046,74** (cento e noventa e oito mil quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos) conforme detalhado na **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** juntada no evento 0842157.

**6.1.2** Considerando que se trata de um registro de preços integrado por mais 6 órgãos partícipes, adiante segue o valor estimado individualizado de cada órgão.

**Tabela 4 - PREÇO ESTIMADO - Tribunal Regional  
Eleitoral de Rondônia**

ITEM	RESÍDUO	QTITATIVO ESTIMADO (KG)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	220	17,10	3.762,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	71	9,77	693,32
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7	11,10	77,70
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis  de equipamentos eletroeletrônicos	31	11,10	344,10
<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabecote de aparelho de raio X odontológico	22	17,10	376,20
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabecote de aparelho de raio X odontológico	1	9,11	9,11
<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31	9,16	283,81
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	50	9,16	457,75
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>433</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (R\$)</b>	<b>6.003,98</b>

**Tabela 5 - PREÇO ESTIMADO – Procuradoria da  
República no Estado de Rondônia - MPF/RO**

ITEM	RESÍDUO	QTITATIVO ESTIMADO (KG)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	10	17,10	171,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	60	9,77	585,90
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	70	11,10	777,00
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	60	11,10	666,00
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	30	11,10	333,00
<b>ITEM 11</b>	Álcool em gel vencido	30	9,16	274,65
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>260</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (R\$)</b>	<b>2.807,55</b>

<b>Tabela 6 - PREÇO ESTIMADO - Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia</b>				
ITEM	RESÍDUO	QTITATIVO ESTIMADO (KG)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	350	17,10	5.985,00

<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	15	9,77	146,48
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100	11,10	1.110,00
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100	11,10	1.110,00
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>565</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (R\$)</b>	<b>8.351,48</b>

<b>Tabela 7 - PREÇO ESTIMADO - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO</b>				
<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	30	17,10	513,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	4.500	9,77	43.942,50
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	550	11,10	6.105,00
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	250	11,10	2.775,00
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	150	11,10	1.665,00
<b>PESO TOTAL</b>			<b>VALOR TOTAL</b>	

<b>ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>	<b>5.480</b>	<b>ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>55.000,50</b>
----------------------------------	--------------	------------------------------	------------------

<b>Tabela 8 - PREÇO ESTIMADO - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJ/RO</b>				
<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	332	17,10	5.677,20
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	2.636	9,77	25.740,54
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	4.185	11,10	46.453,50
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	1.755,50	11,10	19.486,05
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico	1.521	9,11	13.848,71
<b>ITEM 8</b>	Corretivo líquido inservível	15,50	9,16	141,90
<b>ITEM 9</b>	Inseticida inservível	18,00	9,16	164,79
<b>ITEM 10</b>	Fósforos inservíveis	1,50	9,16	13,73
<b>ITEM 14</b>	Aditivo de água de radiador e descarbonizante	132	9,16	1.208,46

<b>ITEM 15</b>	Goma para chapa off-set	16	9,16	146,48
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>10.612,50</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>112.881,36</b>

<b>Tabela 9 - PREÇO ESTIMADO – Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - PRT-14</b>				
<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	30	17,10	513,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	20	9,77	195,30
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100	11,10	1.110,00
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	10	11,10	111,00
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100	11,10	1.110,00
<b>ITEM 8</b>	Corretivo líquido inservível	5	9,16	45,78
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>265</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>3.085,08</b>

Tabela 10 - PREÇO ESTIMADO - Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região - TRT -14				
ITEM	RESÍDUO	QTITATIVO ESTIMADO (KG)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
ITEM 1	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	100	17,10	1.710,00
ITEM 2	Pilhas, baterias e no-breaks	500	9,77	4.882,50
ITEM 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100	11,10	1.110,00
ITEM 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	50	11,10	555,00
ITEM 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100	11,10	1.110,00
ITEM 13	Materiais hospitalares diversos inservíveis	60	9,16	549,30
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>910</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>9.916,80</b>

## 6.2 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO TRE-RO:

6.2.1 Tratando-se de formação de registro de preços não há necessidade de indicação da dotação orçamentária nesta fase do procedimento (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). As fontes orçamentárias para o custeio da despesa no TRE-RO está indicada no quadro adiante:

TABELA 11: FONTE ORÇAMENTÁRIA - 2022 TRE-RO	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral / Orçamento Ordinário
AGREGADOR	Manutenção da Infraestrutura Física
DESPESA AGREGADA	Limpeza e conservação
PLANO INTERNO	AIEF LIMPEZ

TABELA 12	
FONTE ORÇAMENTÁRIA DEMAIS ÓRGÃOS	
ÓRGÃO	INFORMAÇÃO SOBRE A FONTE ORÇAMENTÁRIA
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	Evento 0821257.
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Evento 0823340.
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Evento 0823340
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Evento 0823582.
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Evento 0821255.
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Evento 0821256

## 7. FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

### 7.1 CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

I - Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

II - Conforme já registrado no Capítulo 3 deste TR, levantamento realizado pelos membros da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o **interesse em participar de contratações conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes e possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.**

III - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO**, permite, por si só, a utilização do sistema de registro de preços com fundamento no **art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013.**

IV - Verifica-se ainda que a praticamente todos os órgãos está optando pela coleta parcelada em dois (2) eventos, situação que também justifica a formação de registro de preços com fundamento no **art. 3º, II, do Decreto Federal n. 7.892/2013.**

**V - CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS:** O cronograma previsto para a execução dos serviços está descrito na Tabela 3 que consta do Capítulo 2, subitem 2.2.3, VI, deste termo de referência.

### 7.2 DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DA IRP:

I - Em cumprimento ao disposto no art. § 1º do art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Coordenadoria de Material e Patrimônio se manifesta pela dispensa da divulgação da intenção registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) porque a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes, no total de 06 (seis).

### 7.3 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

**II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário:** Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão da natureza dos serviços, os quais poderão atender outros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta



mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

## 8. CERTAME LICITATÓRIO

### 8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e, ainda pelo cumprimento **padronizado** da legislação sobre eles aplicáveis. Por tal motivo, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Assim, deverá ser adotada a **modalidade de pregão eletrônico prevista no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e regulamentado pelo Decreto Federal n. 10.024/19, na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço por ITEM.**

II - Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 1% (um por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

III - **NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS:** Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

### 8.2 LICITAÇÃO POR ITEM:

I - Inicialmente esta unidade optou pelo agrupamento de todos os resíduos sólidos em um único lote dada a sua única classificação de PERIGOSOS, CLASSE I, na definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012 e **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com a classificação da **NBR 12.808:2016**. Além de possuírem a mesma natureza, todos estão submetidos a regras semelhantes para coletas, transporte e armazenamento temporário, apenas diferindo em ao local de coleta e à destinação final adequada à legislação ambiental, na forma da **Licença Ambiental de Operação – LAO** das empresas. Buscava-se, também, redução de preços com a **economia de escala** (conceito econômico cujo significado é a possibilidade de reduzir o custo médio de um determinado produto/serviço pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades produzidas ou prestadas), já que empresas poderim repassar a eventual redução dos custos em sua proposta

II - Contudo, o desfecho deserto do primeiro certame e o fracasso do segundo, sendo este justamente em função da negativa da licitante detentora do menor preço negociado - nos limites do valor estimado - em reduzir o preço superior ao valor estimado de alguns itens que integravam o lote, fez com que essa unidade alterasse a modelagem da contratação, passando para itens isolados. Isso porque as empresas que comprarecerem ao certame poderão ofertar propostas para todos os resíduos, já que possuem a mesma classificação de perigosos e essa medida afastará o incidente acima descrito em relação à negociação de preços quando se trata de lote único. Importante registrar que, obrigatoriamente, somente serão aceitos preços que estiverem nos limites dos valores estimados para cada item.

III - Tal modelagem também ficou ajustada entre os representantes de todos os órgãos partícipes desta contratação, conforme pode ser comprovado pelo seguinte registro que consta na ata da reunião juntada no evento 0816143:

(...)

VI - Em função de aspectos operacionais, inclusive quanto à utilização da futura ARP, a licitação será realizada por item, e não mais por lote único. Cada item corresponderá a um tipo de resíduo e terá como quantitativo a soma informada por todos os órgãos participantes;

(...)

### 8.3 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

I - Independentemente do valor estimado dos itens, entende-se que **não seja recomendável** restringir a participação no certame às ME/EPP's. Isso porque a consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais. Dessa forma tem-se como razoável a ampliação da competição também às empresas de categoria econômica superior. Tal ampliação, dessa forma justificada, encontra amparo no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015.

II - As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

### 8.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A proposta de preços deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, aí incluídas as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes

sobre a prestação dos serviços;

II - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

III - No preenchimento da proposta, a licitante deverá detalhar o preço unitário e total para a coleta do quilograma (kg) para cada item que esteja apresentando proposta e também o valor total de sua proposta.

**IV - Além das demais declarações, LICITANTE DEVERÁ INDICAR EXPRESSAMENTE EM SUA PROPOSTA SE UTILIZARÁ ATERRO SANITÁRIO PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE ALGUM RESÍDUO, DESDE QUE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;**

**V - NA HIPÓTESE DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS EM ATERRO SANITÁRIO, A LICITANTE DEVERÁ TAMBÉM ANEXAR A SUA PROPOSTA DE PREÇOS DOCUMENTAÇÃO EXPEDIDA PELA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA LOCALIDADE ONDE O ATERRO ESTÁ INSTALADO), COMPROVANDO QUE ESTÁ AUTORIZADA PARA REALIZAR O DEPÓSITO DESSES MATERIAIS NO LOCAL;**

VI - Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao TRE de Rondônia com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental;

VII - A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos e condições deste termo de referência, do edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviço com características e quantidades diferentes das indicadas nesses documentos;

**VIII - Sob pena de desclassificação**, a proposta deve ser elaborada e apresentada nos moldes do **ANEXO I** deste termo de referência;

a) As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma do **ANEXO I** - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

IX - Será considerado vencedora a proposta que ofertar o menor preço para o item cotado, observado ainda, como teto na aceitação, o valor estimado para cada item.

## **8.5 DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO:**

**8.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL:** De acordo com as regras-padrões do edital.

**8.5.2 Qualificação técnica:** Para comprovação da qualificação técnica e capacidade operacional das licitantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**I - comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, consistente na apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa, comprovando a execução de serviços objeto da licitação.**

a) considera-se atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação qualquer atividade relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos CLASSE I – PERIGOSOS, na forma abaixo indicada:

b) coleta e transporte de resíduos sólidos perigosos;

c) tratamento e disposição final ambientalmente adequada ou destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos perigosos.

**d) somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, realizados em um período máximo de um ano;**

e) os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior;

f) tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório;

g) A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.

**II - Indicação/declaração de contratação futura de responsável técnico**, conforme modelo contido no **ANEXO IV**: A licitante deverá indicar, caso já tenha em seu quadro de pessoal, o responsável técnico devidamente registrado no conselho de classe responsável pela fiscalização das atividades dos serviços para os quais está ofertando proposta. Caso não tenha, deverá declarar que terá o profissional em seu quadro de pessoal até a data da assinatura do contrato (Acórdãos TCU n. 800/2008 e n. 1762/2010, ambos do Plenário). Nas duas hipóteses, acompanhada da declaração de anuência do profissional.

a) Entende-se como quadro de pessoal da licitante:

a1) o dirigente ou sócio;

a2) o empregado;

a3) o detentor de contrato de prestação de serviço.

b) quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante a comprovação será feita pelo ato constitutivo da empresa;

c) caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **NÃO** seja dirigente ou sócio da empresa, a licitante deverá apresentar **até a data da assinatura do contrato** a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou outro documento idôneo da comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa;

d) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem um mesmo profissional como responsável técnico como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

e) os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão atuar nessa condição na prestação dos serviços, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização do órgão contratante.

### **III - Declaração de disponibilidade**, conforme modelo contido no **ANEXO V**, indicando:

a) Que disporá até a data da contratação, de todos os equipamentos e instalações adequadas para a prestação dos serviços que está apresentando proposta;

b) que os serviços de coleta, manuseio e transporte serão realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

c) que o transporte será realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e da ABNT 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

d) que apresentará os documentos comprobatórios da comprovação da destinação final dos resíduos sólidos por meio do **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, de acordo com as normas da **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020.**

**IV - Certificado de Regularidade válido**, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, devendo conter a listagem das atividades previstas no **Cadastro Técnico Federal** relacionadas ao objeto do certame, ou para os itens que a licitante estiver apresentando proposta, conforme art. 17, inciso II, da Lei n. 6938/81, com redação dada pela Lei n. 7804/89 e art. 8º, inciso XVII, da Lei n. 12.305/10;

**V - Licença Ambiental de Operação – LAO**, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município - SEMA de Porto Velho (de acordo com a Lei Complementar Municipal n. 138, de 28 de dezembro de 2001 e do Decreto Municipal n. 14756, de 12 de setembro de 2017) **para as atividades de coleta, transporte rodoviário municipal, armazenamento temporário e destinação final adequada de resíduos Classe I;**

**NOTA:** Apenas será exigida a Licença Ambiental de Operação – LAO para a destinação final, caso a licitante declare na sua proposta que ela própria fará a destinação final dos resíduos Classe I coletados. Nesse caso, a licença será expedida pelo órgão competente para a atividade de destinação final.

**VI - Licença Ambiental de Operação – LAO**, regular e válida, **expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente equivalente**, sempre que qualquer atividade relacionada à prestação dos serviços objeto do certame **NÃO** seja da competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - SEMA de Porto Velho.

## **9. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

I - Homologado o resultado da licitação, as adjudicatárias serão formalmente convocadas para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura contratação, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada às propostas vencedoras, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93;

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, deverá ser comprovada a regularidade da adjudicatária com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

III - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à assinatura da ARP, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ARP (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à **multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 49 do Decreto n. 10.024/2019 c/c o art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não assinar a ata de registro de preços).

IV - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União;

V - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na

## **9.1 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**9.1.1** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços previstos no art. 5º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

I - Disponibilizar a ata de registro de preços aos órgãos participantes;

II - Gerenciar a ata de registro de preços;

III - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IV - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

V - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

VI - Fazer o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

VII - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

**9.1.2** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III - Deverão ser convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**9.1.3** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## **9.2 DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

**9.2.1** Caberá aos órgãos participantes a prática de todos os atos previstos no art. 6º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

I - Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **10. CONTRATO**

### **10.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:**

**I** - Na forma do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será firmada carta-contrato com as compromissárias. No ato da assinatura do contrato as compromissárias deverão apresentar:

a) se ainda não fez durante o certame licitatório, a **cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços** ou outro documento idôneo da comprovação do vínculo do **responsável técnico** indicado na licitação;

b) o nome, telefone e email de um representante da empresa para atuar como responsável da empresa com poderes de decisão e necessária solução de problemas relacionados à execução dos serviços, troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas que eventualmente possam surgir da relação contratual;

c) regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

**II** - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a compromissária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

**III** - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela compromissária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;**

**IV** - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, celebrar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a compromissária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 49 do Decreto n. 10.024/2019 c/c o art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não assinar o contrato).

## **10.2 REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AO CONTRATO:**

**I** - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editais e contratuais.

**II** - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

**II** - À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la; as leis e normativos federais, principalmente a Lei n. 12.305/2010, estaduais e municipais que versem sobre o presente objeto, as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços tratados neste termo de referência e supletivamente a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

## **10.3 DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS:**

**I** - Para garantir a plena e eficaz execução dos serviços, poderá a contratada subcontratá-los parcialmente (art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008).

**II** - A subcontratação deverá ser previamente aprovada pela contratante.

**III** - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da contratada de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços em relação ao todo do objeto.

**IV** - A eventual empresa subcontratada deverá comprovar todos os requisitos de habilitação técnica exigidos pelo edital e seus anexos para a execução dos serviços contratados.

**V** - A subcontratação de partes do objeto não libera a contratada de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais.

**VI** - Responderá a contratada perante a Administração e terceiros pela parte que subcontratou.

## **10.4 PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, REAJUSTE, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO DO CONTRATO:**

**10.4.1 Prazo de execução:** No TRE/RO: A contratada deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze), a partir da data de autorização e agendamento com o gestor do contrato, obedecendo-se ao cronograma das coletas.

**10.4.2 Prazo vigência:** No TRE/RO: 12 meses a partir a data de assinatura. Nos demais órgãos: De acordo com a definição de cada órgão.

**10.4.3 Reajuste de preços:** Os preços dos serviços serão fixos e irreajustáveis. Contudo, caso ocorra a prorrogação dos contratos originados nas atas de registro de preços, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

**10.4.4 Reequilíbrio:** Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II,"d" da Lei n. 8.666/93.

**10.4.5 Alterações do contrato:** Havendo interesse da Administração, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

## **10.5 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**I** - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editais;

**II** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**III** - Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

**IV** - Assegurar o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

**V** - Fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes, relativas à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;

**VI** - Permitir à contratada, sob seu acompanhamento e se necessário, a segregação e o acondicionamento dos resíduos sólidos armazenados em suas dependências nos termos das normas legais e regulamentares;

**VII** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

**VIII** - Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**IX** - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

**X** - Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

**XI** - Realizar o pagamento pelos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato;

**XII** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

## **10.6 DO PAGAMENTO:**

**I** - O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos serviços, atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal.

**II** - A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato;

**III** - Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento deverá a contratada demonstrar a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**IV** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**V** - Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

**VI** - Pelos eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

a) a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## **10.7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta comercial e no instrumento de contrato, especialmente o prazo definido para realizar as coletas dos resíduos sólidos;

**II** - Participar de reuniões com a Administração contratante ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

**III** - Apresentar-se e manter-se em condições de plena regularidade e validade todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

**IV** - Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

**V** - Executar os serviços de coleta, manuseio e transporte com a utilização de equipamentos de proteção individual pelos profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação - LAO;

**VI** - Executar as coletas nas datas agendadas com o fiscal ou o gestor do contrato;

**VII** - Garantir que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do contratante, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa);

**VIII** - Realizar o transporte em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e ABNT NBR 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação - LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e

armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

**IX** - Caso não seja a responsável pela destinação final, emitir o **Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR**, documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada;

**X** - Apresentar, tão logo esteja em seu poder, o **Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF**, documento do SINIR emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs;

**XI** - Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento notificação, salvo justificativa razoável;

**XII** - Manter os profissionais indicados no certame licitatório como responsável técnico para atuar nessa condição durante a prestação dos serviços. Admite-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência de caso fortuito ou força maior, apenas por profissionais com perfis técnicos equivalentes ou superiores e mediante prévia autorização do órgão contratante;

**XIII** - Responsabilizar-se pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo contratante e por ela recolhidos, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, obrigando-se a ressarcir ao contratante quaisquer despesas que essa venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais;

**XIV** - Apresentar ao contratante **os registros e comprovantes de TODOS** as movimentações dos resíduos que sejam de sua responsabilidade até a destinação final por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR;

**XV** - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

**XVI** - Apenas subcontratar parcialmente os serviços com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

**XVII** - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei n. 8666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade a eventual subcontratação parcial dos serviços e o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

**XVIII** - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

**XIX**- Apresentar todos os documentos exigidos pelo contrato para ter direito ao pagamento dos serviços executados de forma definitiva;

**XX**- Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**XXI** - Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pela Administração contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato;

**XXII** - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.

**XXIII** - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

**XXIV** - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XXV** - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

## **10.8 PROIBIÇÕES EXPRESSAS À CONTRATADA:**

**I** - Além de outras proibições contidas na legislação e normativos ambientais, são expressamente proibidas à contratada, conforme disposto na Lei n. 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

a) lançamento em quaisquer corpos hídricos.

b) lançamento *in natura* a céu aberto.

c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

d) outras formas vedadas pelo poder público;

e) deposição inadequada no solo;

f) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

g) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados.

h) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;

- i) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente.
- j) utilização para alimentação humana.

## 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1 SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**I -** Descumprir o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após agendamento com o fiscal ou o gestor do contrato, para executar a coleta dos resíduos sólidos:

- a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) de 11 (onze) a 30 (trinta) dias de atraso: multa de 5% (cinco) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) atrasos superiores a 30 (trinta): multa de 6% (seis) por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II -** Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para refazer ou corrigir os serviços não recebidos pela fiscalização:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para o serviço não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**III -** Descumprir a obrigação de registrar e apresentar ao contratante os registros de todas as movimentações, até a destinação final, dos resíduos sólidos no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado; podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV -** Praticar qualquer ato que embarace ou impeça a destinação final dos resíduos ou sua regular comprovação por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR: multa de 10% (dez) do valor contratado, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**V -** Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**11.2 SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

**I -** advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II -** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**III -** suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV -** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V -** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

**11.3** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar



## **a rescisão do contrato.**

**11.4** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**11.5** A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**11.6** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

**11.7** As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**11.8** O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **12 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **12.1** No TRE-RO:

I - A fiscalização do contrato será realizada:

- a) Pelo titular da **Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas - SEVUE**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- b) Pelo titular da **Seção de Assistência Médica e Social - SAMES**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- c) Pelo titular da **Seção de Manutenção Predial - SEMAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- d) Pelo titular da **Seção de Administração Predial - SEAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- e) Pelo titular da **Seção de Almoxarifado - SEALM**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;;
- f) Pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos demais resíduos.

II – A gestão do contrato será realizada pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP**, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

III - A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal.

**12.2** Nos demais órgãos participantes: De acordo com a definição de cada um deles.

## **13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

**13.1** As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas por Rudma Rosa Costa da Coordenadoria de Material e Patrimônio, na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2143 ou ainda, pelo e-mail [comap@tre-ro.jus.br](mailto:comap@tre-ro.jus.br).

## **14. ANEXOS**

**14.1** Integram este Termo de Referência:

Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação (0842157)

ANEXO I – Modelo padronizado de proposta (0858534);

ANEXO II – Termo de recebimento provisório (0843679 )

ANEXO III – Termo de recebimento definitivo (0843680 )

ANEXO IV – Modelo de indicação de responsável técnico (0843683);

ANEXO V – Modelo de Declaração de disponibilidade (0858541).



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 21/07/2022, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0858530** e o código CRC **B5452B73**.

0002221-59.2021.6.22.8000

0858530v3